

REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO DE MINISTRO Nº _____ 2020

(Da Sra. Sâmia Bomfim e outros)

Requer a convocação do Ministro de Estado das Relações Exteriores, **SR. ERNESTO ARAÚJO**, para prestar esclarecimentos sobre aliança com os EUA para iniciativa internacional contra o aborto legal.

Senhor Presidente,

Nos termos do Artigo 50 da Constituição Federal, combinado com os Artigos 117, inciso II e 219, inciso I, do Regimento Interno, assim como da Resolução da Câmara nº 14/2020, requeremos ao Plenário da Câmara dos Deputados a **convocação** do Ministro de Estado das Relações Exteriores, **SR. ERNESTO ARAÚJO**, para prestar esclarecimentos, por meio de sessão virtual, sobre aliança com os EUA para iniciativa internacional contra o aborto legal denominada "Declaração de Consenso de Genebra".

JUSTIFICATIVA

Conforme noticiado pela imprensa¹, os governos do Brasil e dos Estados Unidos da América (EUA) preparam o lançamento de uma aliança internacional contra o aborto legal para o próximo dia 08. Em discurso recente, o embaixador estadunidense no Brasil, Todd Chapman, fez referência ao projeto afirmando que "Brasil e Estados Unidos estão conjuntamente patrocinando a Declaração do Consenso de Genebra para assegurar ganhos significativos de saúde para a mulher e defender a família".

¹ Disponível em: [Jamil Chade - Brasil e EUA articulam aliança mundial antiaborto](#) - Setembro, 2020

Urge que o Ministro das Relações Exteriores preste esclarecimentos ao Parlamento brasileiro sobre esta articulação e o conteúdo da referida declaração, sobretudo à luz da Portaria nº 2.282, de 27 de agosto de 2020, editada pelo Ministério da Saúde em flagrante intenção de constranger o acesso ao aborto legal no Brasil. Soma-se, a este contexto, a coordenação recentemente revelada² entre o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos com a *Alliance Defending Freedom* (ADF), organização estadunidense extremista e LGBTfóbica, notória opositora do aborto legal nos EUA e no mundo.

Os ataques do governo Bolsonaro ao direito de mulheres e meninas interromperem gestações legalmente e de modo seguro ganham contornos ainda mais perversos considerando que, segundo dados oficiais, em média 4 meninas de até 14 anos são estupradas por hora no país e que, por dia, 6 meninas entre 10 e 14 anos são recebidas no Sistema Único de Saúde para a realização de abortos em razão de estupro. O caso da menina de 10 anos do Espírito Santo, estuprada por seu tio por 4 anos, revela que muitas vezes este direito ao aborto legal é obstruído. Não à toa, 26 mil meninas nesta faixa etária se tornam mães precocemente por ano no Brasil.

Ressalta-se, ainda, que ao patrocinar estas iniciativas e esforços internacionais contra o aborto legal e os direitos sexuais e reprodutivos de mulheres e meninas, o Itamaraty age em flagrante oposição ao Art. 3º, III, de nossa Constituição Federal, que determina que as relações internacionais de nossa República devem reger-se pelo princípio da prevalência dos direitos humanos. Nesse sentido, a organização de direitos humanos Conectas já instou às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal a convocarem o Sr. Araújo a explicar os esforços ao redor da “Declaração do Consenso de Genebra”.

É urgente, portanto, que a Câmara dos Deputados possa interpelar o Ministro sobre a referida declaração e os esforços da diplomacia brasileira a nível internacional contra o direito à saúde sexual e reprodutiva de mulheres e meninas. Pelo exposto, solicitamos a V. Exa. que realize a audiência aqui solicitada.

² Disponível em: [Jamil Chade - Governo mantém contato com associação acusada de disseminar ódio nos EUA](#) - Agosto, 2020





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade
Assessoria Técnica

Sala das Sessões, 03 de setembro de 2020.

Sâmia Bomfim
Líder do PSOL

